

Editorial

Sociedades distintas apresentam níveis também distintos de solidariedade entre seus membros, especialmente no que tange à dimensão coletiva do ser solidário, ou seja, à mobilização de valores e condutas que venham a constituir um sentido de co-responsabilidade, aquele elo entre o destino de cada um e o de todos, e que pode ser entendido tanto na perspectiva do indivíduo como na das instituições, envolvendo instâncias diversas — a consciência moral, a obrigação civil, os espaços públicos, a construção de oportunidades, etc.

O mundo do conhecimento está diretamente ligado a essas questões, sendo, na verdade, dimensão estruturante da possibilidade de construção de co-responsabilidade. Falar da relação entre o ‘mundo do conhecimento’ e a sociedade — através de pesquisa, ensino, extensão, gestão — pode ser até mesmo naïf, na medida em que todas essas categorias já são relações sociais no nascedouro, como bem demonstrou Paulo Freire.

Se há algo fundamental a reconhecer no conceito de currículo é que ele vem a ser a própria quintessência do pacto social ou da fraude. Se pacto social, movimento na direção da construção coletiva, do investimento direcionado para a formação de atores e autores de uma sociedade melhor. Se fraude, apropriação do financiamento coletivo para interesses menores do que o todo — tal como o discurso de salvação individual, via profissionalização superior, exemplifica. Portanto o currículo não é uma dimensão prioritariamente técnica, a ser decidida ou avaliada caso a caso, e sim uma síntese de relações e metarrelações sociocognitivas, a exigir definições de política institucional e diretrizes nacionais de encaminhamento.

Há, todavia, duas observações vexantes e necessárias a fazer nesse ponto do raciocínio.

A primeira é a consciência de que, no Brasil, a flacidez do tecido social, decorrente de todas as razões históricas que conhecemos, emperrou de forma significativa o amadurecimento do sentido de nação e de co-responsabilidade. Já observamos alhures que o grande problema do Brasil não é propriamente a desigualdade social, e sim o emperramento dos mecanismos que seriam capazes de atenuar ou fazer desaparecer tal condição, i. é., educação.

A segunda é que, perdida a oportunidade do trem da modernidade e do estado nacional, vivemos agora um mundo em que decresce visivelmente a capacidade de gerar um sentido de obrigação civil. O avanço da globalização, modelada pelos americanos do Norte, ameaça invadir os espaços públicos, transformando tudo e todos em mercados. Está ficando bem mais fácil estabelecer pacto com outros usuários da Rede do que com habitantes de um mesmo território.

Pois é nesse ambiente contemporâneo de dessimbolização do mundo, de emergência de uma nova elite global que controla fluxos de capital e de informação, de fragmentação e de esvaziamento dos movimentos sociais, de predominância do medo e da busca de segurança como temas mobilizadores, de fomento do espetáculo midiático como tecido conjuntivo da vida, de exaltação exagerada dos egos e dos desempenhos individuais, é nesse ambiente que o Brasil precisa amadurecer politicamente e construir um projeto de nação (ou, quem sabe, de pós-nação), especialmente do ponto de vista da relação com o conhecimento. Como enfrentar tal desafio?

Dos que pensaram a globalização, o nosso ilustre geógrafo Milton Santos destaca-se pela agudeza de análise e pela visão de longo alcance. Antevia um movimento de reação ao processo hegemônico que ora enfrentamos, desta feita de baixo para cima, apoiado na criatividade das populações mais pobres do planeta, espalhando-se a partir da latitude sul.

A experiência de trazer lideranças populares baianas para interagir com professores e estudantes de pós-graduação¹ e a longa experiência de diálogo com projetos comunitários me falam de uma profunda inadequação da instituição universitária brasileira com relação à perspectiva de vida das populações que têm sido excluídas do jogo produtivo e dos processos ‘formais’ de interação com o conhecimento.

Na verdade, o choque cultural de trazer tais pessoas para a Universidade é intenso e mobilizador. Há um estranhamento profundo. O discurso universitário convencional fica sem fôlego, exige reinvenção e redistribuição de poder — poder de falar, de ser protagonista, de estabelecer agendas —, seja entre os sem-teto ou entre os sem-terra, seja na militância de associações de bairro, na liderança de projetos culturais, no movimento dos negros, no sindicato das domésticas... Se alguém descobre como aglutinar forças transformadoras ao longo de 30 anos numa invasão-favela, esse alguém detém um saber inestimável com relação a nosso futuro. Paira uma pergunta indignada na cabeça de todos: como é possível que um País deixe tais pessoas de fora de seus melhores esforços para se encontrar e projetar um caminho de superação dos entraves históricos? Como pode ignorar a força criativa de gente dessa estirpe? Que País é este? Que Universidade é esta?

Emoções à parte, o contato com lideranças populares desnuda um mundo de pensamento e de práticas bastante sofisticado. Impressionam pela inteligência, pela atitude pragmática, criatividade, honestidade, beleza e visão; e mais ainda: uma esperança enorme colocada na instituição universitária! Ou seja, em nós! Conversando e aprendendo com essas pessoas, percebemos que muita coisa precisaria mudar em termos de desenho institucional, para que pudesse haver uma resposta eficaz ao desafio de estabelecer diálogo efetivo com aqueles que representam.

Não acredito em mudanças apressadas, superficiais e desajeitadas. Nada disso nos ajudaria a caminhar nessa direção. É preciso, inclusive, buscar apoio nos pontos positivos do atual modelo. Todavia o fato permanece, irrecorrível: do ponto de vista da vida cotidiana dessas populações, a massa pensante mobilizada para imaginar soluções e experimentos com relação aos seus problemas tem sido pouca, muito aquém do necessário. A nossa agenda tem sido feita a partir de critérios distintos.

É bastante duro admitir, mas ainda assim necessário, que, se chamados fôssemos (nós, da universidade vigente) a apresentar uma proposta de modelo universitário adequado aos desafios brasileiros, não saberíamos fazê-lo, já que ninguém, nenhuma instituição pesquisou o assunto com a profundidade e a abrangência suficientes.

Queiramos ou não, esse é o desafio que está posto e que não pode ser resolvido de forma isolada — em Brasília, em comissões de alto nível, em centros de excelência, em conselhos superiores, em sociedades científicas. Exige, de forma preliminar, a abertura para um outro estilo de vivência do conhecimento, exige o desenho e o planejamento compartilhado de novas experiências curriculares, de outros programas de pesquisa, enfim, de uma instituição outra, capaz de reverberar solidariedade e co-responsabilidade, sem abrir mão de excelência e densidade.

Paulo Costa Lima

Compositor. Doutor em Artes e em Educação.
Prof. Adjunto da EMUS-UFBA. Pesquisador-CNPq
pclima@ufba.br / www.paulolima.ufba.br

¹ Realizada no âmbito do Seminário ‘Utópicos em Conhecimento e Sociedade: Universidade, Nação e Solidariedade’, 2003.1, ministrado conjuntamente por uma equipe de cinco professores, oriundos de quatro programas distintos de pós-graduação da UFBA: Antonia Herrera (Letras), Felipe Serpa (Educação), João Carlos Salles (Filosofia), Menandro Ramos (Educação), Paulo Costa Lima (Música).